

06 lebo  
11/3/98  
257

AMAZÔNIA AMEAÇADA: Órgão recusa assentamento ecológico

# MST não aceita acusação de envolvimento com devastação

Entidades de esquerda ajudam a derrubar parecer de petista

Marcelo Sayão

• BRASÍLIA. O PT, o MST, a Contag, a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário, entre outras organizações de esquerda, uniram-se à direita ontem no Congresso para derrubar o relatório da comissão externa da Câmara que investiga a atuação predatória das madeireiras na Amazônia. A esquerda exige a supressão do capítulo que, ao tratar da reforma agrária, aponta a colonização espontânea e desordenada como agente de devastação da floresta. Aproveitando-se da confusão, a direita pediu a supressão do resto do relatório, a fim de livrar as empresas das sanções recomendadas e manter aberto o caminho legal para a instalação maciça das madeireiras asiáticas, que estão chegando à região após exaurirem as reservas de madeira tropical de seus países de origem.

Pressionado dos dois lados, o relator da comissão, deputado Gilney Viana (PT-MT), não teve saída a não ser adiar a votação do relatório para o fim do mês e abrir uma nova rodada de discussão. Até lá haverá pelo menos três sessões. Uma delas será audiência pública com o MST e os demais signatários de um manifesto escrito pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, a partir da série de reportagens do GLOBO sobre a devastação na Amazônia.

Gilney concordou também em abrandar a recomendação do relatório de uma moratória no desmatamento por dez anos, a qual substituirá por um sistema que reduz em mais da metade os atuais índices de desmatamento. Esta "meia moratória" vigoraria até a conclusão de um amplo zoneamento ecológico ambiental da Amazônia, estipulando critérios para ocupação territorial, as áreas onde podem ser exercidas atividades econômicas — a madeira entre elas — e as que devem ser mantidas intocadas.

— Rediscutir eu concordo. Afinal, esta é uma iniciativa democrática. Mas não vou ceder a pressões, nem mesmo do meu partido — avisou Gilney.

## Para relator, reforma agrária a qualquer preço é um mito

O relator porá o assunto em discussão nas próximas reuniões da bancada do PT. Ele observou que o partido não pode ficar preso a mitos como o de que a reforma agrária tem que avançar a qualquer preço e o de que o pequeno agricultor é um ser angelical que não devasta a floresta.

— A reforma agrária tem que avançar, sim, mas não à custa da degradação ambiental — disse.

O relatório de Gilney destaca que a colonização desordenada da Amazônia e o modelo de reforma agrária praticado pelo Governo estão entre os fatores importantes da devastação que já consumiu, pelos seus cálculos, mais de 50 milhões de hectares de mata primária da Amazônia. Só os assentamentos da reforma agrária, diz o relatório, devastaram 15 milhões de hectares, ou 30% do total desmatado. Isto sem contar os impactos ambientais indiretos da reforma agrária, atingindo ou-



ACAMPAMENTO DE sem-terra em área desmatada em Rio Preto da Eva (AM)

ros 15 milhões de hectares, se for computada, conforme o relatório, a repercussão que cada projeto de assentamento trouxe às áreas contíguas. Segundo Gilney, 77% dos assentamentos promovidos pelo Governo no país nesta década se concentraram na Amazônia, área preferencial para os projetos de reforma agrária.

A esquerda e os órgãos ligados aos sem-terra não aceitam a proposta de substituir o modelo atual de colonização predatória por assentamentos ecológicos, em estudo pelo Planalto. Eles contestam os números da devastação atribuídos aos sem-terra e pedem a exclusão do capítulo que trata da reforma agrária. O Fórum pediu ao Ipam, ONG de pesquisa da Amazônia, para produzir um laudo sobre os dados da comissão.

“Causou-nos consternação e surpresa que esse diagnóstico tenha partido de um companheiro com longa trajetória de lutas em favor dos desertados do país, para os quais a reforma agrária constitui uma alternativa efetiva de redenção política e econômica”,

queixa-se o MST no manifesto.

A mudança nos critérios de assentamentos de sem-terra na Amazônia, por meio de projeto a ser enviado ao Congresso, é uma das principais medidas do pacote que o Governo federal lançará este mês para conter o avanço da devastação na floresta. O MST será chamado para discutir o novo modelo de assentamento ecológico, que privilegiará a recuperação de áreas degradadas, em vez de permitir o desmatamento. Desde 1990 foram assentadas 160 mil famílias na Amazônia. Sem apoio oficial, isolados na mata e sem outra opção de renda, os sem-terra vinham se incorporando ao exército de destruidores da floresta, extraíndo e vendendo madeira para as serrarias.

— A sustentabilidade ambiental na reforma agrária é tão importante quanto o próprio direito à terra. Sem sustentabilidade, a terra nada vale — comentou o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. ■

• AMANHÃ: Políticos da Amazônia aliam-se a madeireiros